

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Juca Abdalla barra União no conselho da Petrobras	2
Título: Abdalla ganha peso no conselho da Petrobras	5
Título: Gasolina de qualidade consome até 6% menos	5
Título: Cemig vai automatizar a rede de distribuição elétrica em 614 cidades.....	7
Título: Eneva vai ao BNDES com nova oferta pela AES Tietê	8
Título: Capitalizar a Eletrobras.....	10
Título: Novas relações de trabalho.....	13
Título: Arrecadação cai 30% em junho e tem o pior resultado para o mês desde 2004.....	16
Título: Anatel estuda reservar espectro exclusivo do 5G para alguns setores.....	18
Título: Empresas implantam redes próprias	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	22
Título: Industriais veem futuro melhor do que presente	22
Título: Bancos testam apetite por ações de carteira do BNDES	23
Título: Coluna do Estadão: Alberto Bombig	24
Título: Banco do Bricx investe em sustentabilidade.....	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	26
Título: Eneva diz que fará proposta por AES Tietê se tiver apoio	26
VEÍCULO: O Globo	26
Título: Opinião do Globo: Profecia	26
VEÍCULO: Correio Braziliense	26
Título: Aumento no gás de cozinha	27

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/07/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Juliana Schincariol****Título: Juca Abdalla barra União no conselho da Petrobras**

O banqueiro Juca Abdalla foi o protagonista da assembleia de acionistas da Petrobras que definiu, na madrugada de ontem, a composição do conselho de administração da estatal até 2022. O jogo das cadeiras manteve a União com sete assentos, mas o governo teve frustrada a tentativa de ampliar sua presença no colegiado e, pelo contrário, viu os minoritários - por meio de um voto múltiplo articulado por Abdalla e investidores estrangeiros - aumentarem de dois para três cadeiras a sua representatividade no CA.

A nova composição do conselho da Petrobras ajuda a reduzir as distorções da representatividade dos minoritários dentro do colegiado da companhia - que tem 49,5% de seu capital votante no mercado, mas que tinha até ontem apenas 20% de seus assentos no CA ocupados por membros eleitos por minoritários. Com o resultado da eleição de ontem, esse percentual sobe para 27%.

Resumindo a equação: o acionista controlador (7) e os empregados (1) mantiveram o mesmo número de assentos, enquanto os minoritários ganharam uma cadeira, preenchendo vaga vazia.

A disputa representou também a entrada de Abdalla no conselho da Petrobras. Até então os dois nomes que representavam os minoritários no colegiado - Marcelo Mesquita e Sônia Villalobos - eram ligados ao fundo Leblon. Dessa vez, contudo, os fundos de ações Dinâmica Energia e Banclass, de Abdalla, conseguiram emplacar dois nomes: os advogados Leonardo Pietro Antonelli, eleito por voto múltiplo; e Rodrigo de Mesquita Pereira, eleito por votação em separado dos controladores pelos preferencialistas e que desbancou Sônia Villalobos - que tentava a reeleição. O terceiro nome escolhido pelos minoritários foi Marcelo Mesquita, reeleito pelos ordinaristas.

José João Abdalla Filho, conhecido por Juca, 74 anos, é dono do Banco Clássico e é um dos maiores acionistas do setor de energia no Brasil, com participações em empresas como Eletrobras, Cemig e Eneva. Parte da fortuna dele foi herdada do pai - o antigo industrial e político paulista J.J. Abdalla. Apesar da pouca visibilidade do Clássico, seu proprietário ficou conhecido por causa das disputas judiciais envolvendo um terreno de 717 mil metros quadrados desapropriado

em 1989 pelo então governador de São Paulo, Orestes Quércia, e onde, hoje, está o Parque Villa-Lobos. A Justiça decidiu que Juca tinha direito a 70% do imóvel. A indenização foi fixada em R\$ 1,7 bilhão em valores da época. Ele é frequentador do Country Club do Rio, reduto da elite carioca, e é apaixonado por desfiles das escolas de samba.

De acordo com os dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Dinâmica Energia tinha patrimônio de R\$ 8,78 bilhões em junho e possuía 49,365 milhões de ações preferenciais e 42,2 milhões ordinárias da Petrobras. O único cotista do fundo é o banco Clássico. Já o Banclass, com patrimônio de cerca de R\$ 345 milhões, tem 7 milhões de ações PN da estatal. O Clássico tem, ainda, 9,86% da Engie Brasil Energia e 5,09% das ações ON da Eletrobras, por exemplo. Procurado para comentar as indicações, Abdalla não foi localizado.

Leonardo Antonelli disse ao **Valor** que o voto múltiplo foi possível graças à articulação de Abdalla com fundos estrangeiros - o banqueiro detém 1% das ações da Petrobras - e que o número expressivo de votos na sua candidatura é uma “demonstração clara de que a paridade do conselho deveria ser mais isonômica”. Ao comentar sobre a decisão do Clássico de concorrer com outros acionistas, na indicação de representantes no colegiado, ele disse que Abdalla sempre defendeu a necessidade de o “próprio acionista minoritário estar representado”, nas palavras do próprio banqueiro, por um “dono no Conselho”. “O momento é de união e serenidade. Existe uma política clara por parte do governo, chamada por alguns de desinvestimento. Então, não se trata de preocupação, mas, sim, de atenção a fim de atender-se aos melhores interesses da própria companhia, respeitando o direito dos acionistas minoritários”, comentou, ao ser questionado se os minoritários têm preocupação na relação do comando da Petrobras com a União.

Agora com três representantes dos minoritários, o conselho da Petrobras passa a ter um bloco independente mais reforçado, na visão de especialistas em governança. Apesar de os minoritários não serem maioria, pode haver mais dissidência em questões específicas. “Em uma empresa como a Petrobras, se aparecer um momento de grande divergência, ao ter um número expressivo de representantes de minoritários, a dinâmica pode ficar mais interessante”, disse um conselheiro da estatal.

Em tese, a presença maior de minoritários tende a dar mais poder de voz nas deliberações do colegiado, o que pode representar, para a União, dificuldade maior na apreciação de temas mais sensíveis que envolvam interesses do governo na gestão da companhia. “O sucesso desta iniciativa leva o conselho da empresa a refletir melhor sua composição societária”, disse o advogado Raphael Martins.

Em defesa das indicações do controlador, fonte do conselho da estatal argumenta que o fato de o governo indicar nomes para o CA não significa que ele exerça influência sobre o colegiado. Disse que, dos sete conselheiros da lista da União que foram eleitos, quatro são independentes - as exceções são o almirante Eduardo Bacellar, o chairman; Roberto Castello Branco (presidente da Petrobras); e Paulo César de Souza e Silva.

Há também quem relativize os efeitos de uma presença maior dos minoritários no colegiado. “Um minoritário no conselho sempre agrega à empresa? Não dá para dizer isso. É preciso ter visão de longo prazo”, disse Henrique Bredda, gestor da Alaska Asset. “Há casos em que o minoritário está preocupado com a cota dele no fim do mês e pode induzir a companhia a tomar atitudes ruins no longo prazo”, afirmou. “O que vai resolver os problemas de uma empresa é assegurar que o conselho funcione e não seja disfuncional”, disse um especialista em governança.

O **Valor** apurou que membros do comando da Petrobras saíram da eleição com sentimento de frustração. A vitória dos minoritários ocorreu numa assembleia bastante tumultuada e que entrou pela madrugada. A União sugeriu, na ocasião, oito nomes: Bacellar, Castello Branco, João Cox Neto, Maria Cláudia Guimarães, Nivio Ziviani e Ruy Flaks Schneider (para reeleição); além de Omar Carneiro da Cunha Sobrinho e Paulo Cesar de Souza e Silva, as novidades. Recorrendo ao voto múltiplo, Abdalla e investidores estrangeiros apresentaram Antonelli como alternativa e conseguiram desbancar um dos nomes sugeridos pelo controlador - Maria Cláudia ficou de fora. A assembleia, que começou às 15h da quarta-feira e acabou às 2h de quinta-feira, renovou o conselho com cinco novos nomes: Rosangela Buzanelli (eleita pelos empregados), Rodrigo de Mesquita, Antonelli, Omar Carneiro e PC de Souza e Silva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/07/2020

Seção: Impresso**Autor: André Ramalho e Juliana Schincariol****Título: Abdalla ganha peso no conselho da Petrobras**

O banqueiro Juca Abdalla foi o protagonista da assembleia de acionistas da Petrobras que definiu, na madrugada de ontem, a composição do conselho de administração da estatal para os próximos dois anos. A União manteve sete assentos, mas a tentativa de ampliar sua participação foi frustrada. Os minoritários - por meio de voto múltiplo articulado por Abdalla - aumentaram sua representatividade de duas para três cadeiras.

Os minoritários têm 49,5% do capital votante no mercado, mas até ontem tinham apenas 20% dos assentos. Agora têm 27%. A disputa representou a ascensão de Abdalla no conselho da Petrobras. Até então os dois nomes que representavam os minoritários - Marcelo Mesquita e Sônia Villalobos - eram ligados ao fundo Leblon. Agora, dois dos três eleitos foram articulados pelos fundos de ações Dinâmica Energia e Banclass, de Abdalla.

José João Abdalla Filho, o Juca, é um dos maiores acionistas do setor de energia no Brasil, com participações em empresas como Eletrobras, Cemig e Eneva. Parte de sua fortuna foi herdada do pai, o antigo industrial e político paulista J.J. Abdalla.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/07/2020****Seção: Empresas****Autor: Renan Sousa e Rodrigo Ribeiro****Título: Gasolina de qualidade consome até 6% menos**

A partir do dia 3 de agosto começa a valer a determinação da Agência Nacional do Petróleo e Gás Natural (ANP), que estabelece padrões mais elevados para a gasolina vendida no Brasil. As expectativas são de uma alta nos preços, mas ainda não é possível estabelecer o valor.

De acordo com a Petrobras, essa nova gasolina pode gerar uma economia de 4% a 6% no consumo dos motores já existentes. Mas, para o professor do departamento de engenharia mecânica da FEI (Fundação Educacional Inaciana)

Silvio Shizuo, o maior ganho deve ser no desenvolvimento de novos motores a partir de agora.

O combustível utilizado no Brasil é considerado de qualidade inferior se comparado ao de dos EUA e da Europa. “Hoje temos veículos com sistema de injeção direta de combustível e muitos consumidores relatam problemas de entupimento, troca de injetor, que podem custar mais de mil reais”, comenta. Ele ainda afirma que, com uma gasolina mais homogênea, as montadoras podem fazer testes e desenvolver motores mais próximos do que elas já estão acostumadas, sem a necessidade de fazer adequações para o combustível local. Segundo o professor, os motores flex devem ser os que mais irão se beneficiar desse novo combustível. Isso porque a pressão de alimentação de combustível nesses sistemas foi sendo aperfeiçoadas ao longo dos anos, permitindo uma maior economia e emitindo menores quantidades de poluentes.

“O sistema convencional de injeção de combustível no motor costuma ter entre 3 e 5 bar. Os novos sistemas podem chegar a ter até 250 bar de pressão. Quanto mais pulverizado estiver o combustível, mais ele evapora e mais completa será a queima, permitindo que ele consuma menos”, afirma.

“A nova gasolina vai reduzir o fenômeno da pré-detonação [popularmente chamada de batida de pino], que pode comprometer o motor”.

Essa pulverização facilitada também beneficiará a partida com o motor frio. Quanto mais fria a gasolina, é mais difícil de fazê-la virar um vapor. E, não sendo uma mistura homogênea, com um ponto específico de vaporização, os veículos antigos enfrentam dificuldades para dar partida no inverno.

“O carro com injeção eletrônica vai se beneficiar, já que o carburado não tem a correção que a injeção eletrônica faz. Dentro do carburador, o fato de ter um combustível homogêneo pode dar um comportamento mais constante”, explica o professor.

Apesar de estarmos falando de gasolina, o professor Shizuo é um defensor do etanol, e explica: “Aumentar o preço da gasolina é positivo para o etanol, porque aumenta a concorrência e é positivo para esse combustível brasileiro”. O Brasil teve uma longa história com o programa de desenvolvimento de motores flex e incentivos fiscais para valorizar o etanol, o que colocou o país como referência nesse tipo de motorização no mundo.

A Petrobras disponibiliza um gráfico que mostra como é composto o preço final da gasolina na bomba, que é constituído de quatro valores: preço do produtor, impostos, custo do etanol e preço de distribuição.

Tributos como ICMS (estadual) e Cide (federal), somam 46% do total (29% e 17%, respectivamente), enquanto o preço de saída da refinaria corresponde a 28% do final. O resto é dividido entre o custo do etanol anidro e o valor da distribuição e revenda, com 13% cada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: Cemig vai automatizar a rede de distribuição elétrica em 614 cidades

A Cemig está investindo R\$ 190 milhões neste ano em equipamentos para automatizar a rede de distribuição de energia elétrica em 614 cidades de sua área de concessão. O plano envolve a instalação de dois tipos de religadores automáticos, aparelhos que ajuda a detectar interrupções no fornecimento de energia e agilizam o restabelecimento do serviço, diminuindo a quantidade de consumidores afetados quando há falta de energia.

Detentora da maior rede de distribuição de energia elétrica da América do Sul, com mais de cerca de 540 mil quilômetros de linhas e redes, a estatal mineira pretende instalar cerca de 8 mil equipamentos em 2020. Até o fim de 2022, período contemplado em seu plano de investimentos, está prevista a implantação de mais 14,7 mil religadores.

De acordo com o diretor da Cemig Distribuição, Ronaldo Gomes de Abreu, os equipamentos serão instalados em redes urbanas e rurais. Nos centros urbanos, serão priorizadas áreas com grande concentração populacional e onde estão localizados serviços de “manutenção da vida”, como hospitais.

A companhia investe em religadores desde 2008, mas a implantação foi intensificada a partir de 2017. Os religadores ajudam em casos de defeito na rede elétrica de distribuição: em sobrecarga por curto circuito, os religadores automáticos realizam vários ciclos de aberturas e fechamentos até a

normalidade do sistema elétrico. Já em problemas passageiros de alimentação da rede - maior parte dos casos, como por ventanias, raios ou materiais externos -, os religadores automáticos atuam, de forma temporária até o problema seja resolvido.

De acordo com a Cemig, os investimentos devem contribuir para a melhora dos principais indicadores de qualidade dos serviços das distribuidoras de energia: o DEC, que mede a duração de interrupções por unidade consumidora, e FEC, referente à frequência das interrupções.

Nos últimos anos, os indicadores da Cemig Distribuição têm se situado abaixo dos limites regulatórios fixados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A companhia encerrou o ano passado com DEC de 10,56 horas (ante limite de 10,73 horas) e FEC de 4,89 vezes (ante limite de 7,03 vezes). Neste ano, os valores estão num “caminho de melhoria” em relação ao ano de 2019, afirma a Cemig.

A estatal mineira prevê investir R\$ 6,2 bilhões no período 2018-2022 em melhorias em linhas de distribuição, subestações, religadores, redes de média e baixa tensão e medidores. Dessa cifra total, 38% já foram executados até junho deste ano. Para todo o ano de 2020, estão programados investimentos de R\$ 1,5 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: Eneva vai ao BNDES com nova oferta pela AES Tietê

Após uma investida frustrada, a Eneva retomou seu plano de incorporar a concorrente AES Tietê com uma nova ofensiva. Ontem, entregou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), maior acionista da Tietê, com 28,4% do capital social, uma proposta que visa adquirir 100% das ações da geradora controlada pela americana AES Corporation.

A ideia é que a oferta seja estudada em paralelo às outras propostas que o banco eventualmente receberá no âmbito do processo competitivo já aberto para vender sua participação na Tietê.

Com sinal verde do BNDES, a Eneva vai submeter novos termos de incorporação à administração da Tietê. Desta vez, a oferta avalia a geradora em R\$ 7,5 bilhões, sendo que 90% seriam pagos em ações e 10% em dinheiro. A operação compreende uma relação de troca de 0,06539522 por ação ON da Eneva para cada ação ON ou PN da AES Tietê ou 0,32697609 por unit.

A relação de troca atribui prêmio de 10% sobre o valor de mercado das duas elétricas ontem. Além disso, haverá uma parcela em dinheiro de R\$ 728 milhões, equivalente a R\$ 0,36 para cada ação ON ou PN ou R\$ 1,82 por unit. A empresa já tem caixa suficiente para arcar com a quantia em dinheiro, disse o presidente da Eneva, Pedro Zinner. O executivo reitera que a operação tem potencial para criar uma plataforma de geração de energia mais eficiente, com um grande diferencial competitivo devido à complementaridade do portfólio das companhias.

Ainda segundo Zinner, a decisão de fazer uma nova oferta pela Tietê foi motivada pelas últimas movimentações do BNDES. “Lá atrás, dissemos que não estávamos mais olhando [a Tietê] porque não tínhamos um posicionamento formal do banco em relação à venda da participação ou do engajamento numa potencial discussão no contexto que havíamos desenhado. No processo competitivo, vimos uma nova oportunidade”.

Aberto pelo banco em meados de junho, esse processo teria sido engatilhado por interesse da controladora da Tietê. Embora detenham 61,61% das ações ordinárias, a AES Corp. tem menos: 24,35% do capital total da Tietê. Por isso, avaliam comprar a fatia do BNDES como estratégia de defesa contra novas tentativas de aquisição e fusão por concorrentes - caso da Eneva.

Marcelo Habibe, diretor financeiro da Eneva, diz que a proposta é atrativa ao BNDES. “Estamos dando a possibilidade de o BNDES desinvestir da AES num patamar alto de preço, e com uma parcela interessante em caixa. Além disso, entregamos ao banco ações da Eneva, companhia que está em amplo processo de crescimento, com uma governança muito mais forte e uma liquidez muito maior”.

A nova proposta prevê que os acionistas atuais ficariam com 70,7% da nova empresa. A AES, que hoje detém 24,3% da Tietê, ficaria com 7,1%. Cambuhy e BTG Pactual passariam a ter, cada um, 16,2%, BNDESPar, 8,3%, e Eletrobras, 2,3%.

A novela entre as geradoras começou em 1º março, quando a Eneva fez a primeira oferta. À época, foram oferecidos R\$ 6,6 bilhões, com 40% de pagamento em dinheiro e o restante em ações da nova empresa. A proposta foi classificada como “hostil” pela Tietê e acabou rejeitada por seu conselho de administração. Argumentava que não havia encaixe estratégico na combinação com a Eneva, e as condições financeiras também não eram atrativas. A proposta nem foi levada à apreciação dos acionistas.

As investidas da Eneva se baseiam na interpretação de que a incorporação poderia ser aprovada mesmo sem o aval do controlador. Isso porque, em tese, pela regra das companhias listadas no Nível 2 da B3, caso da Tietê, acionistas preferencialistas têm direito a voto em matérias de fusão e aquisição. No entanto, o entendimento é refutado pela AES Corp. Após consultar especialistas, ela disse que, se fosse válida, a interpretação colocaria todas as companhias do Nível 2 em “clara instabilidade política e sujeitas a takeover por preferencialistas”. Para Zinner, a manifestação favorável da B3 eliminou esse risco regulatório. “Temos uma segurança maior de que a nossa interpretação está de acordo com o que regula o mercado de ações”. Procurados, BNDES e AES Tietê não comentaram o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/07/2020

Seção: Opinião

Autor: Vicente Falconi

Título: Capitalizar a Eletrobras

Fui conselheiro da Eletrobrás nos últimos quatro anos. Tive o privilégio, neste período, de assistir à ressurreição de uma empresa comandada por um presidente técnico, experiente no setor e obstinado. Quando lá chegamos a empresa pagava juros escorchantes e as surpresas de encargos financeiros eram frequentes.

Não havia um simples fluxo de caixa livre confiável nem indicadores operacionais. Os analistas de bancos não analisavam a empresa porque ninguém acreditava em seus números. Estávamos muito perto de um colapso. Perigosamente perto. Alguns conselheiros saíram. Eu fiquei porque tínhamos um presidente executivo extraordinário no qual eu confiava e o governo estava respeitando a empresa, o que permitiu que a governança evoluísse muito.

A perda do controle da empresa pelo Estado não é o fim do mundo. Ela continuará por aqui, mas melhor e mais forte

No ano de 2015, imediatamente antes da atual gestão, a empresa teve um prejuízo de R\$ 14,9 bilhões mas, ao final de quatro anos de gestão séria e competente, a empresa tem hoje um caixa livre de R\$ 8 bilhões e um lucro recorrente de aproximadamente R\$ 10,7 bilhões por ano. O valor de mercado da empresa que era de R\$ 9 bilhões em 2015 hoje é de R\$ 55 bilhões.

Um estudo conduzido por uma instituição do mercado de capitais mostrou que o patrimônio líquido da empresa, ajustado pelo custo de capital (Selic) desde final de 2002, sofreu uma perda de aproximadamente R\$ 360 bilhões por má gestão e decisões obtusas do governo federal. Os atuais resultados da Eletrobras foram conseguidos por uma política governamental séria em relação à empresa, com respeito ao seu conselho e a sua diretoria, praticados pelos governos Temer e Bolsonaro (única estatal que teve continuidade de gestão). Hoje não existe nomeação de protegidos incompetentes.

Todas as indicações para conselhos passam por uma peneira muito fina que finaliza num Comitê de Pessoas e Elegibilidade, do qual fiz parte, e depois são, ou não, sacramentadas pelo conselho. No Brasil ainda existe muito da antiga cultura política (cultura leva muito tempo para mudar) de indicação de amigos e correligionários (geralmente incompetentes, quando não desonestos) para cargos em empresas públicas e, certamente, caso tenhamos uma mudança no governo, com a volta de abusos por parte do controlador, a empresa voltará para seus piores dias. É difícilimo recuperar uma empresa e muito fácil derrubá-la.

Durante a atual gestão o número de funcionários foi reduzido de 26.008 para 12.619 e a empresa funciona bem melhor. Todos os compromissos com as bolsas de valores, reguladores e judiciário foram cumpridos e as pendências eliminadas. Além da economia anual de R\$ 2,8 bilhões com a redução de pessoal, as despesas da empresa foram reduzidas em outros R\$ 2,6 bilhões por meio da redução de terceirizados e aluguéis, privatização das 7 distribuidoras, venda de SPEs, orçamento base zero, centro de serviços compartilhados e sistema ERP único para todas as empresas do grupo.

O nível de endividamento da empresa, representado pela relação “Dívida Líquida/Ebitda”, caiu de 8,8 para 2,3, agora num nível civilizado o que reduz suas despesas financeiras. Todos os outros índices estão batendo recordes e

num nível competitivo. Hoje os bancos respeitam a empresa e os analistas voltaram. Os acionistas voltaram a receber dividendos.

A empresa, apesar de ter 30% da geração e 45% da transmissão do mercado brasileiro, não participa de nenhum novo leilão de geração ou transmissão desde 2012. Quando participou em 2014 seus projetos foram vergonhosamente relicitados por falta de capacidade financeira. A Eletrobras precisa de capital para expandir suas atividades e prover a energia necessária ao desenvolvimento do povo brasileiro. Caso permaneça como estatal, e for mantida uma boa gestão, a empresa poderá investir, nos próximos anos, no máximo, R\$ 6 bilhões por ano, insuficientes para as necessidades do país.

Caso haja a pretendida capitalização a empresa poderá investir R\$ 14 bilhões por ano, em geração limpa e renovável e em transmissão para aumentar a confiabilidade e a integração do território nacional, sendo que no mínimo 70% deste montante será destinado às regiões Norte e Nordeste em novos projetos, regiões que dispõem de água, sol e vento abundantes.

Os atuais dirigentes da empresa estimam que, uma vez privatizada, a Eletrobras ainda poderá ter incrementos substanciais de produtividade somente pelo fato de ter mais liberdade e menos amarras burocráticas. Depois de feita a capitalização o Estado poderá ficar com algo ao redor de 40% da empresa. O mais interessante disto tudo é que estes 40% irão valer muito mais que os 63% que o Estado detém hoje. Muito mais.

Existem argumentos contra a capitalização oriundos de pessoas honestas, mas equivocadas, pessoas com motivos ideológicos e pessoas com interesses pessoais. No entanto vimos, em nossa história recente, a desfaçatez com que empresas estatais foram assaltadas pela combinação dos dois últimos fatores. Certa feita eu estava em dúvidas se venderia ou não certa ação que tinha e comentei com um amigo experiente no mercado financeiro. Ele falou: “Você compraria esta ação hoje?” Eu disse: “Não”. Então venda! Eu pergunto ao leitor: “Você, brasileiro, gostaria que seu governo tirasse recursos sociais, da educação, da saúde e da segurança para comprar empresas? Não? Então venda!”

A beleza do modelo de capitalização é que ele fortalece o mercado de capitais, pulverizando a propriedade e criando empresas institucionalizadas

denominadas corporações. A maioria das grandes empresas estrangeiras que já atuam no Brasil são corporações com controle pulverizado: Enel, Engie, EDP, entre outras. Este modelo dá muito acesso a capital e ajuda a dar competitividade para a empresa nos seus futuros investimentos.

A perda do controle da empresa pelo Estado não é o fim do mundo. Ninguém vai carregar a empresa para fora do país. Ela continuará por aqui, sendo brasileira mas, muito melhor e muito mais forte.

Vicente Falconi, PhD em Engenharia (1972, Colorado School of Mines, EUA), professor emérito da UFMG, sócio fundador e conselheiro da Falconi Consultoria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/07/2020

Seção: Opinião

Autor: Diego Barreto

Título: Novas relações de trabalho

O debate em torno dos modelos de trabalho inaugurados pela economia sob demanda (gig economy) fica mais acirrado à medida que cresce o número de pessoas que encontram oportunidades de geração de renda oferecendo seus serviços como autônomos por meio de plataformas digitais. O rótulo da “precarização” - recorrentemente aplicado a essas novas relações -, no entanto, não passa de simplificação que em nada contribui para melhorar a segurança de quem trabalha por conta própria - com as plataformas ou sem elas.

O mundo mudou. A tecnologia derrubou barreiras, e a economia sob demanda nasceu do rompimento de velhos modelos de negócio e do vínculo empregatício - modelo que cria a percepção de segurança, mas hoje exclui dos benefícios sociais cerca de metade da população que trabalha.

Manter ideia fixa em conceitos desenvolvidos para outros tempos é ruim. É mais do que hora de debatermos mudanças permanentes que protejam todo os trabalhadores, independentemente da condição de seu contrato de trabalho. A nova economia inclui todos, independentemente de sexo, cor, idade, classe social ou experiência prévia. As chances são iguais. Mas o impacto que produziu nas estruturas que até então regulavam o mercado é evidente. Por isso, o

grande desafio é fazer o ajuste, ou seja, encontrar regras que aperfeiçoem as cadeias de valor sem destruí-las.

Sarah Light, da Wharton Business School, dissecou os impactos da gig economy e chega a quatro modelos distintos:

1. Plataforma digital que presta serviço semelhante ao de uma empresa da velha economia, embora as regras desta última não se apliquem a ela, como no caso de Uber e 99;
2. Techs isentas de seguir normas exigidas de empreendimentos tradicionais, como ocorre quando uma plataforma digital torna possível reunir pessoas que, em conjunto, geram o efeito de uma “empresa” (Airbnb e Get Ninjas, por exemplo);
3. Plataforma digital que inova com um serviço que simplesmente não está nem mesmo previsto no ordenamento jurídico. As entregas feitas por drones se encaixam nesse caso;
4. A tecnologia resolve um grave problema, mas esbarra em normas construídas para outras situações, como as placas solares que permitem às casas dispensar o uso da energia da rede e atuar como fornecedoras de energia dessa mesma rede.

Ou seja: tudo é novo, e, justamente por isso, não há soluções prontas. Equilibrar os benefícios para todos os participantes das novas relações de trabalho nascidas no contexto da velha economia, por exemplo, requer dos formuladores de políticas públicas que se libertem da limitação “trabalhador sinônimo de empregado celetista”.

Ainda que o impulsionador desse movimento seja a economia sob demanda, encarar tal desafio pode nos permitir criar uma rede de segurança social capaz de abranger o conjunto dos brasileiros que atuam por conta própria - e não apenas os que trabalham com aplicativos.

Em vez de continuar tentando que a Justiça brasileira classifique todos como empregados celetistas, mesmo com a jurisprudência majoritária demonstrando que as inovações da economia sob demanda não são compatíveis com o modelo tradicional de emprego, devemos nos concentrar em expandir seus ganhos e criar uma rede de segurança social permanente que dispense o vínculo trabalhista. É preciso entender que a ausência de vínculo empregatício não se

confunde com precarização. São conceitos distintos, e é possível combater este último sem necessariamente apelar à CLT.

Um dos caminhos mais rápidos para fazer isso é ampliar um instrumento já instituído pelo Estado: o MEI (microempreendedor individual), que garante ao trabalhador independente direito a auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade e pensão. Esses direitos eliminam do jogo o fantasma da precarização, estabelecendo um patamar civilizatório para o trabalho no país - para qualquer trabalho sob demanda. Em paralelo, o Estado deve olhar para a frente para oferecer proteção social. É isso que inovação e tecnologia dão ao mundo: a chance de progredir a partir de formas mais eficientes para melhorar a vida de todos. Diversas soluções vêm sendo lançadas e algumas propostas merecem consideração e debate profundo. Mas quem precisa ganhar o pão de cada dia não pode esperar. A economia sob demanda tem colaborado para reduzir a desocupação no país. Pode também, num novo ambiente regulatório, contribuir para criar um modelo de seguridade social sustentável.

É possível, por exemplo, acomodar um novo sistema de benefícios portáteis. Um trabalhador independente utiliza várias plataformas para prestar seu serviço num só dia. Um cadastro único, que respeitasse o sigilo das empresas, consolidaria o tempo trabalhado do autônomo em todas as suas frentes de ocupação.

Essa e outras formas disruptivas de estender os mecanismos de proteção social podem conferir maior racionalidade à discussão sobre as relações de trabalho no país e permitir que o Estado tome decisões justas e eficientes para beneficiar todos os trabalhadores - não importa sob qual formato cada um deles garanta a própria sobrevivência.

Provavelmente, chegar à estrutura adequada exigirá mudanças na forma como toda economia se organiza, mas a pandemia já demonstrou que o acesso dos trabalhadores independentes à proteção social não deve depender de uma relação contratual tradicional - e o MEI comprova que é possível proteger todo trabalhador independente.

O modelo da economia sob demanda, em constante aperfeiçoamento, cumpre fielmente a função de conectar um brasileiro que precisa de renda a um cliente que deseja um serviço. Mas é apenas uma das opções. Temos de lembrar

também dos milhões de brasileiros que hoje ocupam seus dias em atividades informais e, no mesmo sentido dos trabalhadores independentes, merecem um sistema de proteção.

Diante desses brasileiros, não é opção razoável rebater o modelo da economia sob demanda, pois as condições tecnológicas e materiais mudaram - e manter ideia fixa em conceitos desenvolvidos para outros tempos é ruim para a sociedade como um todo, mas em especial para os mais pobres.

É mais do que hora, portanto, de debatermos mudanças permanentes que protejam os trabalhadores todos, independentemente da condição de seu contrato de trabalho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/07/2020

Seção: Brasil

Autor: Mariana Riberio

Título: Arrecadação cai 30% em junho e tem o pior resultado para o mês desde 2004

Impactada pela pandemia, a arrecadação federal registrou queda real de 29,59% em junho na comparação com o mesmo mês do ano passado e ficou em R\$ 86,3 bilhões. Foi o pior resultado para o mês desde 2004, segundo dados da Receita Federal.

Apesar do resultado, o governo defende que as perspectivas para julho são positivas e os dados indicam retomada.

O resultado da arrecadação no mês passado reflete a queda no ritmo da atividade econômica observada nos últimos meses, explicou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias. Mas, além disso, também foi impactado pelas medidas colocadas em prática pelo governo para fazer frente aos efeitos da pandemia, como o diferimento de impostos.

A postergação de pagamentos, como de PIS/Cofins, Contribuição Previdenciária e Simples Nacional, gerou uma perda de receitas de R\$ 20,4 bilhões no mês. A redução a zero da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

Crédito, por sua vez, teve impacto de R\$ 2,3 bilhões. Já as compensações tributárias somaram R\$ 6,8 bilhões.

Mesmo desconsiderando esses efeitos, chamados de não recorrentes, no entanto, as receitas administradas ainda apresentariam uma queda de 9,32% no mês passado. Com esses efeitos no cálculo, a queda foi de 29,32%. Já no caso das receitas não administradas, onde estão os royalties de petróleo, por exemplo, a queda em junho foi ainda maior, de 39,41%.

Com o desempenho do mês, o recolhimento no semestre atingiu a marca de R\$ 666 bilhões, uma baixa real de 14,71% sobre o mesmo período de 2019. Foi o pior resultado para o período desde 2009.

Apesar dos números, os representantes do governo expressaram otimismo com os rumos da economia. “A impressão que temos hoje do resultado da arrecadação é extremamente positiva”, disse Malaquias, acrescentando que boa parte do resultado do mês é explicada por medidas de diferimento, não de desoneração, e que esses valores podem ser recuperados até o final do ano. Segundo ele, a arrecadação é concentrada no final do mês, por isso é preciso esperar o encerramento de julho, mas já “há sinal de melhora”.

O subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), Erik Figueiredo, enfatizou que os indicadores indicam recuperação, citando, por exemplo, consumo de energia e vendas no cartão de crédito. “Há vários indicadores mostrando que essa recuperação se iniciou no final de maio e vem ganhando tração ao longo dos meses”, disse pontuando que o ritmo de retomada depende também do nível de retorno às atividades no Estados. Questionado sobre a possibilidade de nova postergação do pagamento de tributos, Malaquias disse que todas as áreas do governo estão preocupadas com o desempenho da atividade e procurando ir na direção das necessidades das empresas, mas que por enquanto não estão sendo feitos estudos nesse sentido. O governo deixou de arrecadar R\$ 55,9 bilhões no primeiro semestre devido a desonerações tributárias. Em 2019, abriu mão de R\$ 48,2 bilhões no mesmo período. Apenas em junho, as desonerações somaram R\$ 10,6 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/07/2020

Seção: Suplementos

Autor: Carmen Nery**Título: Anatel estuda reservar espectro exclusivo do 5G para alguns setores**

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) já estuda reservar espectro exclusivo do 5G para redes privadas. Nilo Pasquali, superintendente de planejamento e regulamentação da Anatel, diz que, historicamente, a agência tem alocado porções de espectro para utilities (concessionárias de serviços como água e luz) em tecnologias específicas do setor e em faixas não licenciadas. Agora a demanda é por frequência licenciada e tecnologias padronizadas, como 4G LTE e 5G, por empresas de mineração, petróleo e energia em áreas delimitadas, sem precisar pagar pela outorga.

“A agência estuda a possibilidade de usar frequência já alocada para as operadoras para aplicações desses setores, não apenas em caráter secundário. No 5G, vamos reservar a porção de 3,7 GHz a 3,8 GHz. A proposta deve ir, este mês, da área técnica ao conselho diretor, que decidirá até o final do ano. Também poderemos reservar um bloco de 10 MHz da faixa de 700 MHz”, anuncia Pasquali.

Embora alguns projetos estejam sendo implementados de forma independente das operadoras, Adriana Viali, diretora executiva de Oi Soluções, vê o movimento como uma oportunidade para futuras parcerias e captura de novo tráfego, cessão de espectro no mercado secundário, compartilhamento de infraestrutura e ofertas de serviços gerenciados. Para ela, as redes privadas assumirão, em pouco tempo, papel fundamental na complementação de cobertura e prestação de serviços.

Paulo Humberto Gouvêa, diretor de soluções corporativas da TIM Brasil, acredita que os projetos de larga escala exigirão a expertise das operadoras. À medida que ganhar escala, devem atingir também as médias e pequenas empresas. A TIM tem uma forte estratégia para os setores de agro, energia, mineração, logística e manufatura, com projetos de IoT que demandarão redes dedicadas.

“Estamos no início da revolução da indústria 4.0. Depois da automação da geração e da transmissão, o setor elétrico digitaliza a distribuição. Na mineração, é possível garantir latência muito baixa para veículos autônomos”, exemplifica.

A Vivo foi a primeira operadora contratada pela Vale para redes privativas em minas. Átila Branco, diretor de planejamento de redes da operadora, diz que este movimento de buscar solução robusta e de massa, como o LTE, é inovador e corajoso por parte das empresas. “A frequência licenciada garante escala e segurança. Mas o desafio não é o projeto, e sim operação e manutenção em que as operadoras têm uma proposta de valor e mais tradição”, diz Branco. André Sarcinelli, diretor de engenharia da Claro, diz que os sistemas específicos de utilities podem ser substituídos por padrões de rede IoT (CAT-M e NB-IoT), mas esses são apenas novos habilitadores para aplicações. A Claro atua por meio de seu braço B2B, a Embratel. Alexandre Gomes, diretor de marketing da Embratel, diz que a empresa já tem projetos nos setores de agro, automotivo e de energia.

“Estamos no início dessa experimentação por parte das empresas. Com a evolução da tecnologia, há uma convergência e a necessidade de compor com as operadoras que têm mais experiência em capacitação, relação com fornecedores e atualização tecnológica”, ressalta.

Entre os fabricantes, a Nokia é a mais entusiasmada devido às 150 redes privativas implantadas, sendo três na América Latina - Neoenergia, Vale e Las Bambas, no Peru. A expectativa é dobrar o número atual de 7 milhões de Estações Rádio Base (ERBs) do mercado de redes públicas. “Até 2025 vamos precisar de 14 milhões de ERBs para atender o mercado corporativo”, estima Wilson Cardoso, diretor de soluções da Nokia.

Marcos Scheffer, vice-presidente de redes da Ericsson para o Cone Sul, diz que esse mercado é estratégico para a empresa, que tem mais de cem projetos em energia, manufatura, portos, aeroportos e mineração. “Do US\$ 1,5 trilhão gerado pelo 5G, até 2030, US\$ 700 bilhões terão como foco projetos das operadoras para empresas”, estima.

Carlos Roseiro, diretor de soluções integradas da Huawei, defende que essa demanda será atendida no 5G com recurso de fatiamento da rede (network slicing). A empresa tem um memorando de entendimento com a mineradora Sul Americana de Metais (SAM) para teste 5G e em mina não tripulada em Minas Gerais, e projeto de rede 4G com a EDP.

O CPqD com a Trópico e o Inatel correm por fora com equipamentos na faixa de 250 MHz. “A solução da Trópico em LTE tem foco em áreas não cobertas, operando como serviço limitado privado de forma independente das operadoras”, afirma Paulo Cabestré, presidente da Trópico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/07/2020

Seção: Suplementos

Autor: Carmen Nery

Título: Empresas implantam redes próprias

Os setores de energia e de mineração saíram à frente na implantação de redes dedicadas LTE 4G para o controle de suas operações. Tendo ou não parceria com uma operadora de telecom, empresas de utilities (serviços como água e luz) e extração mineral estão instalando redes próprias para automação e gerenciamento. O movimento é mundial e deve se intensificar com a chegada do 5G, atraindo o interesse de empresas usuárias, fabricantes e operadoras. As empresas do setor elétrico já têm ampla experiência em telecomunicações e mais uma vez optaram por implementar e operar as redes 4G LTE de forma independente das operadoras. Embora a Neoenergia considere que as frequências abaixo de 1 GHz sejam mais adequadas, a empresa foi autorizada pela Anatel a operar, por meio da distribuidora Elektro, a frequência de 3,5 GHz em rede 4G LTE no projeto Energia do Futuro.

A tecnologia está sendo implantada em parceria com a Nokia e vai permitir a comunicação dos dispositivos da rede inteligente em Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista (SP). São seis estações rádio-base (ERBs), abrangendo 75 mil clientes da rede urbana da Elektro, que já receberam medidores inteligentes.

Heron Fontana, superintendente de smart grid da Neoenergia, destaca que a empresa já tem redes próprias de fibra óptica, de micro-ondas e de ponto-multiponto, além de utilizar as redes das operadoras. E optou por uma rede 4G LTE privada devido a requisitos operacionais críticos como baixa latência (tempo de resposta), transmissão e capacidade elevadas (throughput), alta disponibilidade (não sofrer quedas) e segurança. O projeto é piloto global para todo o grupo Iberdrola.

“Futuramente, poderemos ter um modelo híbrido de compartilhamento de infraestrutura (postes e torres), mas decidimos que o núcleo da rede (core) sempre será próprio para garantir confiabilidade e segurança”, diz Fontana. Ele explica que a infraestrutura 4G será a rede metropolitana (backhaul), de um modelo de redes em duas camadas. As redes Wi-SUN (tecnologia RF - Mash da Itron) e PLC Prime (rede de telecomunicações pela rede elétrica) atuam como redes de acesso e medição coletando e concentrando as informações dos medidores e sensores de automação em tempo quase real e enviando esses dados para os sistemas no datacenter por meio da rede 4G. “A ideia foi separar os tráfegos, para que a transmissão da medição não comprometesse a confiabilidade da automação”, afirma Fontana.

Dênis Molica, gestor executivo de engenharia da distribuição e desenvolvimento tecnológico da EDP, diz que a decisão de optar por uma rede dedicada independente de operadora foi devido ao custo. A empresa instalou uma rede 4G e-LTE - solução desenvolvida pela Huawei especialmente para o setor elétrico -, com sete antenas, aplicada para smart grid, a fim de atender 55 mil clientes em baixa tensão, no projeto Inovgrid, no município de Vila Velha (ES). “Analisamos várias tecnologias, várias soluções 4G e escolhemos a e-LTE porque não tem dependência de compartilhamento de frequência com as operadoras, e a Huawei trouxe a opção de frequência 230 MHz com um custo que viabiliza a operação. Usamos três modelos de tecnologia compartilhando a infraestrutura da rede elétrica, instalando as antenas nos postes”, destaca Molica.

A Vale testa duas alternativas. Para a operação de veículos autônomos nas minas, a empresa conta com rede LTE 4G na frequência de 2,1 GHz da Vivo e equipamentos Nokia. Para o controle de ferrovias, testa a solução nacional em 250 MHz da Trópico, empresa do CPqD, para cobertura da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). A ideia é monitorar as locomotivas e vagões em tempo real, sem a necessidade de esperar chegar a uma estação para fazer inspeção. Gustavo Vieira, diretor de tecnologia da Vale, explica que o primeiro projeto foi implantado na mina Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), onde 13 caminhões fora de estrada e perfuratrizes já rodam sem operadores, de forma autônoma. “Para suportar as necessidades industriais com sistemas de missão crítica como a mina autônoma, precisaríamos de uma rede robusta, resiliente, com tempos de resposta baixíssimos e garantia de que não houvesse interferência. Optamos por uma rede dedicada para garantir total

disponibilidade aos sistemas de missão crítica - 99,9999%, ante 93% do wi-fi. Mas preferimos usar o conhecimento das operadoras.”

A Vale já usa redes dedicadas para operações subterrâneas nas minas do Canadá e em seu porto na Malásia. No Brasil, a rede vai permitir outras aplicações, como monitoramento de barragens e manutenção remota de equipamentos. O projeto será implantado em Carajás até o fim do ano. “Estamos acompanhando a evolução para o 5G com parceiros na Ásia. O ganho será enorme.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/07/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Industriais veem futuro melhor do que presente

Não fossem as expectativas, que entraram no campo positivo neste mês, a confiança da indústria ainda estaria em nível muito baixo, como evidencia o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No futuro estão as esperanças de declínio da crise do novo coronavírus e da chegada de vacina capaz de preservar milhões de vidas - fatos que deverão ser determinantes para a retomada da demanda. Mas, até que esses fatos ocorram, o mais provável é que a recuperação da indústria seja moderada, pois nem há um dinâmico mercado exportador de bens manufaturados para países que já saem da crise sanitária nem há a certeza da intensidade da retomada de emprego e renda neste semestre.

Este é o terceiro mês consecutivo de recuperação do Icei, que saiu do ponto mais baixo de 34,5 pontos em abril para 47,6 pontos em julho, ainda abaixo da marca de 50 pontos que separam os campos positivo e negativo e da média histórica de 53,4 pontos. Nem a metade da queda do Icei registrada no bimestre março/abril foi compensada pela recuperação verificada no trimestre maio-julho. Entre junho e julho, a alta do índice foi de apenas 6,4 pontos.

O indicador das condições atuais, que chegou ao mínimo de 27,7 pontos em junho, atingiu somente 34,5 pontos em julho, nível que deve ser considerado muito baixo. O que mais causa desconfiança é a condição presente da economia brasileira, tida como pior do que a percebida pela média das indústrias. Já as expectativas para os próximos seis meses mostram evolução positiva tanto no que diz respeito à economia do País (com índice de 48,5 pontos em julho) como, em especial, no que tange à melhora das companhias (57 pontos ou só

10% abaixo dos 63,4 pontos observados em julho de 2019, quando a economia brasileira já estava se recuperando).

Indicadores de confiança, como os apurados pela CNI, são um termômetro valioso, que ajudam a avaliar as decisões dos empresários industriais, em particular no que diz respeito a investimentos. Estes ainda estão num nível bastante deprimido, como se constata pelo recuo das importações de bens de capital, que, no primeiro semestre, caíram quase 35% em relação a igual período de 2019, excluindo as compras fictícias de plataformas de petróleo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/07/2020

Seção: Coluna do Broadcast

Autor:

Título: Bancos testam apetite por ações de carteira do BNDES

Bancos testam apetite por ações de carteira do BNDES

Desde a semana passada, gestores de fundos e grandes investidores começaram a receber ligações de executivos de bancos de investimento. As instituições queriam sondar os donos do dinheiro sobre o apetite por ações detidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mais especificamente: Petrobrás, Vale, Suzano e Klabin. A ideia seria vender as ações em bloco, por meio de leilão em Bolsa. O BNDES ensaia voltar a enxugar sua carteira de papéis - programa interrompido de forma abrupta com a pandemia - agora que o Ibovespa está acima de 100 mil pontos. Não é a primeira vez que os bancos fazem esse tipo de sondagem, mas a iniciativa teria partido do próprio BNDES desta vez. Além disso, existe a percepção de que o mercado poderia absorver essas ações diante da enorme liquidez e do ambiente de juros baixíssimos.

» Papel vai. A leitura é que a venda das ações de Klabin e Suzano nas mãos do BNDES é viável. O volume financeiro seria da ordem de R\$ 2 bilhões, juntando as duas. No entanto, há ceticismo sobre a oferta das ações da Petrobrás, que soma R\$ 20 bilhões. O BNDES já vendeu papéis da petroleira este ano. Colocou R\$ 22 bilhões no caixa e irrigou o mercado com ações da estatal.

» Quem sabe? Para a venda de Vale em Bolsa, seriam necessários R\$ 12 bilhões. Também há certo ceticismo, mas a avaliação é de que se houver reuniões da administração da empresa com o mercado, poderá haver sucesso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/07/2020

Seção: Colunas**Autor:****Título: Coluna do Estadão: Alberto Bombig**

» Votem. A CNI iniciou ofensiva sobre senadores pela urgência na votação do protocolo de Nagoya, já aprovado pela Câmara. Ele estabelece regras internacionais para repartição de benefícios do uso econômico de recursos energéticos da biodiversidade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/07/2020****Seção: Economia****Autor: Irany Tereza****Título: Banco do Brics investe em sustentabilidade**

O banco do Brics, que anunciou nesta semana financiamento de US\$ 1 bilhão ao governo brasileiro para auxílio a programas sociais de combate à covid-19, avalia atualmente uma carteira de investimentos no País que soma US\$ 820 milhões, ou seja, mais de R\$ 4 bilhões. A maior parte disso (US\$ 500 milhões) é negociação direta com empresas privadas, e pode começar a ser aprovada até o fim deste ano. Para 2021, o volume dos projetos em análise pode passar de US\$ 1 bilhão, dependendo de como o cenário vai evoluir. São projetos de infraestrutura e logística que têm de se encaixar no que o NDB (sigla em inglês para Novo Banco de Desenvolvimento) elegeu como foco prioritário, especialmente no pós-pandemia: sustentabilidade.

O que há alguns anos vinha ganhando importância nos investimentos foi alçado pela crise sanitária mundial à categoria preferencial entre os critérios para aporte de recursos. O Brasil terá de correr para não ficar muito atrás no páreo. No próprio portfólio do banco, por exemplo, estamos em último lugar na destinação de recursos em relação aos demais países do bloco (China, Rússia, Índia e África do Sul). Mais recente entre os grandes organismos multilaterais, o NDB espera concluir em breve a estruturação financeira para atuar com project finance (tipo de financiamento que é pago com a própria receita do empreendimento). O banco opera somente com grandes cifras.

O tíquete mínimo gira em torno de R\$ 50 milhões. Para empresas privadas há um teto, hoje fixado em US\$ 300 milhões. Foi esse o valor destinado à Vale no fim do ano passado para a melhoria do conjunto logístico de ferrovia e porto no Pará e Maranhão. No ano anterior, US\$ 200 milhões haviam sido destinados à Petrobrás, para programas de redução de emissão em duas refinarias, no Rio e em Minas. Foram as primeiras operações para o setor privado, que envolveram

muita negociação ambiental com duas das maiores empresas brasileiras. Também as duas que protagonizaram os casos mais notórios de desastres ambientais no País.

O escritório no Brasil começou a funcionar muito recentemente. Apenas no mês passado a Câmara dos Deputados aprovou a criação da sede regional em São Paulo, apesar de o banco do Brics ter sido criado há seis anos. “Queremos ser conhecidos. Mostrar o banco, visitar o setor de infraestrutura e mostrar como a gente opera”, disse Cláudia Prates, diretorageral do NDB no Brasil, comentando sobre o trabalho de prospecção que pretende acelerar logo que passada a pandemia.

Comando. Por enquanto, as negociações estão sendo virtuais. A partir deste mês, o NDB passou a ser presidido também por um brasileiro, Marcos Troyjo, que era secretário de Comércio Exterior, no Ministério da Economia, de Paulo Guedes. Tem mandato de cinco anos, no esquema de rodízio formado pelos cinco países. Talvez seja mais uma oportunidade de o Brasil saber utilizar os mecanismos do organismo multilateral. O antecessor de Troyjo, o indiano Kundapur Vaman Kamath, citou, no encontro do ano passado, o interesse do banco em participar de Parcerias Público-Privadas e privatizações. Nada disso aconteceu ainda. Até porque pouca evolução tiveram os projetos.

A atual direção do banco estuda o financiamento de projetos de energia, transportes e saneamento. Pode participar até das licitações que o BNDES prepara e que o governo mantém a esperança de conceder ainda este ano à iniciativa privada. O banco do Brics deverá participar do financiamento dos investimentos necessários para que o concessionário busque atingir as metas de universalização. “Este é um ano atípico, de ajuste de expectativas. O banco é focado em infraestrutura e, quando veio a pandemia, houve uma votação para atender aos países-membros com o que seria mais necessário. Então, foi aprovado um projeto de US\$ 10 bilhões dividido igualmente para os cinco”, explica Cláudia, falando sobre os recursos aprovados esta semana para o Brasil, de US\$ 1 bilhão.

A verba de emergência terá mais US\$ 1 bilhão para o governo de cada país, com prazo de liberação até o fim de 2021, para a fase de recuperação econômica. Há uma certeza no banco da relação estreita entre a pandemia e o clima. E o que se espera é uma mudança de paradigmas em relação ao investimento em infraestrutura. Não apenas em relação à redução de emissão de gases, mas também projetos que tornem os países mais preparados para enfrentar choques climáticos, econômicos ou mesmo de saúde pública, como o atual. “Saneamento e mobilidade urbana podem tornar as cidades mais sustentáveis”, diz a executiva. “Vamos ter eleição em breve, embora ninguém saiba direito quando. O que estamos planejando para o ano que vem é fazer uma grande

troca de informações para saber como o banco pode ajudar nessa parte de mobilidade urbana, junto com outros multilaterais.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/07/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Eneva diz que fará proposta por AES Tietê se tiver apoio

A elétrica Eneva informou nesta quinta-feira (23) que fará nova proposta para incorporar a AES Tietê, em uma operação que deverá envolver ações e dinheiro, desde que tenha apoio do BNDESPar, maior acionista da geradora que também tem como sócio o grupo norte- americano AES.

A relação de troca a ser proposta contemplaria a atribuição de um prêmio de 10% sobre o valor de mercado das duas companhias na data de 23 de julho, segundo a Eneva. A proposta de incorporação deverá ter relação de troca implícita correspondente a 0,06539522 nova ação ordinária de emissão da Eneva para cada ação ordinária ou preferencial de emissão da AES Tietê ou de 0,32697609 por unit.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/07/2020

Seção: Opinião

Autor:

Título: Opinião do Globo: Profecia

OS TÉCNICOS devem ter sólidas justificativas, mas é típico de Brasil ser preciso criar uma estatal para privatizar outra, a Eletrobras. Ela herdará a parte nacional de Itaipu e as usinas nucleares, ligadas à holding do setor elétrico.

A TRADIÇÃO do estatismo nacional, bem aproveitada pelo clientelismo político, fará com que a nova empresa pública se converta em generoso cabide de empregos de apaniguados. Como parte do setor elétrico. É só esperar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 24/07/2020

Seção: Rapidinha

Autor:

Título:

» A empresa de energia Furnas investiu R\$ 600 mil para se prevenir de ataques cibernéticos e evitar interrupções de operações. Pesquisas mostram que, durante a pandemia e com o elevado número de pessoas trabalhando remotamente, os ataques virtuais se tornaram mais comuns. Atualmente, 80% dos empregados de Furnas dão expediente em casa.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 24/07/2020****Seção: Economia****Autor:****Título: Aumento no gás de cozinha**

O gás de cozinha está mais caro desde ontem para as distribuidoras. A Petrobras anunciou reajuste em 5% no Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), envasado em botijões. Com isso, o preço para as distribuidoras será de R\$ 26,55. Apesar do aumento, a Petrobras afirma que o produto ainda registra queda de 4,5% no ano. A estatal informou, ainda, que as distribuidoras são responsáveis pelo envase em diferentes tipos de botijão e, com as vendas, são responsáveis pelos preços ao consumidor final.

CAPAS DE JORNAIS

MME-Assessoria de Comunicação: Destaques dos Principais Jornais do dia 29

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875



JULIO MESQUITA
(1862 - 1927)

Sexta-feira 24 DE JULHO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 4630

estadão.com.br



NA QUARENTENA
PF DE RESPEITO
E SEM ERRO

Fazer um prato simples nem sempre significa que seja fácil. **PÁG. 12**



Esportes

Vencedora no mundo da F-1
Stephanie Travers, do Zimbábue, é engenheira da Mercedes. **PÁG. A23**

Estados apoiam reforma ampla nos tributos sobre o consumo

Governadores assumem posição inédita a favor de unificação desse tipo de imposto: municípios discordam

Após o ministro da Economia, Paulo Guedes, enviar ao Congresso projeto de lei para unificar o PIS e o Cofins, dois tributos federais, os representantes dos Estados passaram a apoiar uma proposta abrangente, que incluía todos os tributos sobre consumo, entre eles o ICMS. Já os prefeitos querem manter a autonomia sobre o ISS, ou am-

pliar sua fatia nas receitas para compensar a unificação. Uma comissão mista formada por deputados e senadores já analisa duas PECs de reforma tributária. Embora haja diferenças, ambas têm em comum a inclusão tanto do ICMS como do ISS na proposta de unificação dos tributos em um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Para o pre-

sidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o apoio majoritário dos governadores à inclusão do ICMS na reforma é algo inédito e indicou que é preciso aproveitar esse cenário favorável. No passado, os Estados já levantaram resistências que foram decisivas para entrar propostas de simplificação do ICMS. **ECONOMIA/PÁGS. B1 e B4**

ARTIGO*

É tempo de decisão

É urgente que, na discussão sobre reforma tributária, convergências superem divergências. **PÁG. 84**

✱ DAN IOCHPE; HORÁCIO LAFER PIVA; PEDRO PASSOS; PEDRO WONGTSCHOWSKI

Saúde recebeu alerta de falta de fármacos essenciais

Atas de reuniões apontam que membros do Centro de Operações de Emergência, do Ministério da Saúde, alertam a pasta desde maio sobre a falta de medicamentos para covid-19 na UTI, como sedativos e analgésicos para intubação de pacientes, informa **Mateus Vargas**. A pasta participou da compra mais de um mês depois. Paralelamente, havia grande estoque de comprimidos de cloroquina e hidroxicloroquina. **METRÓPOLE/PÁG. A18**

**43% dos lares
receberam ajuda
emergencial**

Cerca de 29,4 milhões de famílias brasileiras receberam algum auxílio emergencial em junho por causa da pandemia do novo coronavírus, segundo dados divulgados pelo IBGE. O número equivale a 43% dos domicílios do País. **ECONOMIA/PÁG. B7**

Banco Brics investe em sustentabilidade

Projetos em análise levariam a investimento de R\$ 1 bilhão em infraestrutura e logística sustentáveis no pós-pandemia. **ECONOMIA / PÁG. B9**

NOTAS & INFORMAÇÕES

A tragédia dentro da tragédia

Desafortunadamente, o País é presidido por um inepto durante a mais mortal crise sanitária em mais de um século. **PÁG. A3**

Os caminhos de reconstrução

da reconstrução
A pandemia de covid-19 impõe
acelerar reformas que já eram
necessárias antes dela. **PÁG. A3**



**Cada um no
seu círculo.**

Os parques do Povo (foto), do Ibirapuera e o Burle Marx foram os primeiros dos 70 reabertos na capital paulista, há 11 dias, a receber demarcações no solo para evitar que os frequentadores se aglomerem. Iniciativa é inspirada em ações semelhantes no exterior. METRÓPOLE / PÁG. A2

Novo coronavírus entrou pelo menos cem vezes no País

Pesquisadores de 15 instituições concluíram que o novo coronavírus entrou no País de forma distinta pelo menos cem vezes. A maior parte dessas introduções ocorreu em voos internacionais em SP, RJ, MG e CE. **METRÓPOLE / PÁG. A20**

PANDEMIA NO PAÍS

● Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa

TOTAL DE MORTES	84.207
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ ÀS 20H DE ONTEM	1.317
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.055
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	2.289.951
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ ÀS 20H DE ONTEM	58.080
TOTAL DE RECUPERADOS*	1.570.237

SÉRGIO RICARDO • 1932 - 2020

MÚSICO ESCREVEU
SEU NOME NA MPB

Cantor, compositor e cineasta, Sérgio Ricardo ficou célebre ao destruir o violão ao ser vaiado durante festival em 1967, mas fez MPB das mais sofisticadas.

NA QUARENTENA / D&M



[illegible]

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 2020

NÚMERO 20.880 • 28 PÁGINAS • R\$ 2,50

DF: covid mata mais homens do que mulheres

No Distrito Federal, que ultrapassou a marca de 90 mil infectados, a maioria dos diagnosticados com o vírus (47.409) são mulheres, 52,7% dos casos, enquanto os homens que pegaram a doença totalizam 42.614 (47,3%). Mas, são eles que morrem mais: até agora, 710 (58,3%) perderam a vida, contra 508 (41,7%) pessoas do sexo feminino. PÁGINA 15

Ana Raynal/CB/D.A. Press



Brasil cria e já usa exame mais rápido e eficaz do mundo

Em entrevista ao CB, Saúde, o presidente do Albert Einstein, Sidney Klajner, explica sobre o primeiro teste genético do mundo para detecção do novo coronavírus, o mais rápido e eficaz. "Dando positivo, não há jeito de estar errado", diz. PÁGINA 7

Após agredir guarda, juiz pede desculpa

Irritado com multa que levou por se recusar a usar máscara, ele chamou Cícero Hilário de analfabeto. PÁGINA 7

Estudo brasileiro joga pá de cal na hidroxicloroquina

PÁGINA 14

Depoimento coloca Brasília na rota do tráfico de animais

Testemunha ouvida pela polícia no inquérito que apura o ataque de uma naja, no Guarã 2, revela que Pedro Henrique Lehmkuhl, o estudante pica da cobra, comprava e vendia serpentes desde 2019. O depoente, que é do círculo de conhecidos de Pedro, afirmou que o aluno de medicina veterinária criava animais exóticos. Ele afirmou, também, que Gabriel Ribeiro, preso sob acusação de ocultar provas, era encarregado de esconder os bichos. "Pedro e Gabriel são imaturos, mas articulados, descolados e, visivelmente engajados com o tema de animais silvestres", acrescentou. Essa versão reforça a investigação da Polícia Civil sobre um esquema internacional de tráfico de animais silvestres, com ramificações no DF. Outro indício é o afastamento do cargo de uma servidora do Ibama. Adriana da Silva Mascarenhas é suspeita de assinar autorizações ilegais para transporte de espécies. Ela permitiu, por exemplo, que Gabriel Ribeiro ficasse com uma jibola-arco-íris. PÁGINA 18



Governo flexibiliza consignado para aposentados

PÁGINA 8

Especialistas preocupados com painel

Arquitetos e urbanistas condenaram a lei que regulariza dispositivos eletrônicos em prédios da região central, como o do site Metrôpoles, do senador cassado Luiz Estevão. PÁGINA 17

Agnelo é alvo de operação

Investigação sobre desvios na saúde, em 2014, leva agentes à casa do ex-governador. Ele foi detido por portar arma sem registro. Pagou fiança e acabou liberado. PÁGINA 16

China sonha com Marte

Asiáticos lançam sonda para explorar o Planeta Vermelho. A missão Tianwen-1 chegará em fevereiro de 2021 e tem um robô que analisará o solo marciano. PÁGINA 14

SÉRGIO RICARDO 1932-2020



Muito além do violão quebrado

Talento cantor e compositor dos anos 1960 e 70, autor da trilha do filme Deus e o Diabo na terra do Sol, de Glauber Rocha, Sérgio Ricardo morreu aos 88 anos. Ele foi vítima de insuficiência cardíaca — em maio, contraiu covid-19, mas se curou. Genial e inscrito no grupo de "malditos da MPB", Sérgio teve a carreira marcada após destruir seu violão sob vaia num festival de música. PÁGINA 22



Calendário para liberar auxílio que foi suspenso

Os 1,3 milhões de brasileiros cujas contas foram bloqueadas por suspeita de fraude terão que seguir datas fixadas pela Caixa para o acesso ao benefício emergencial. Cronograma começa hoje e vai até 21 de agosto. PÁGINA 8

Bia Kicis não se considera traída

Deputada atribui destituição da vice-liderança do governo no Congresso ao voto que deu contra o novo Fundeb. Em entrevista ao Correio, ela diz que o Planalto é quem perde com sua saída. PÁGINA 3

Obras de túnel provocam confusão em Taguatinga

PÁGINA 17



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(06) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .